

Seminário 9 Maio **Que União na Europa Alargada?**

Que União na Europa Alargada

Ricardo Charters d’Azevedo . Representante da Comissão Europeia em Portugal

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores

Este Seminário no dia 9 de Maio, é já uma tradição em Portugal. Organizado conjuntamente pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, o Jornal Público, o Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e a Representação em Portugal da Comissão Europeia tornou-se um ponto importante de reflexão sobre grandes temas Europeus.

O Álvaro Vasconcelos, o José Manuel Fernandes, o António Sobrinho e eu próprio estamos mais uma vez de parabéns pela qualidade dos conferencistas, dos temas e da assistência.

Em nomes deles e de mim próprio saúdo-vos e agradeço a vossa presença. Devo, em primeiro lugar, explicar a ausência do Comissário António Vitorino: teve ontem um Conselho de Ministros “justiça e assuntos Internos”, e uma reunião do Presidium da Convenção, pelo que não lhe foi possível estar aqui connosco, como gostaria.

Cabe-me assim participar nesta conferência representando a Comissão Europeia, o que o faço com grande satisfação.

Comemoramos hoje o dia 9 de Maio. Este dia constitui uma data muito especial para os europeus, assinalando o Dia da Europa e o aniversário da Declaração de Robert Schuman de 1950 que lançou os alicerces da União Europeia, tal como a conhecemos.

O Dia da Europa, a moeda única (o Euro), a bandeira - adoptada pelo Conselho da Europa é, desde 1986 utilizada como bandeira da União Europeia, e o hino da União Europeia, Hino à Alegria da Nona Sinfonia de Beethoven, são símbolos que contribuem para a identidade política da União Europeia.

O Dia da Europa constitui uma oportunidade para desenvolver actividades e festejos que aproximam a Europa dos seus cidadãos e os povos da União entre si. Neste ano, o tema deste nosso Seminário “Que União na Europa Alargada”, permite-nos ir ao encontro dos ideais políticos de Robert Schuman, que considerava não ser possível qualquer tipo de integração europeia sem uma paz duradoura e valores democráticos.

Os progressos realizados no sentido de uma crescente aproximação dos Estados Membros da União Europeia, num contexto de paz e democracia, constituem uma das grandes vitórias políticas da segunda metade do século XX, de que todos podemos extrair ensinamentos. Já nos esquecemos que a nossa “velha Europa” era sistematicamente destruída por guerras e que o projecto que estamos a construir o tem evitado. Lembro-vos que pertencemos à primeira geração europeia que não participou em guerras na Europa, pelo que as guerras não acabaram há muito tempo. Como afirmava Robert Schuman, “a contribuição que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas”.

Neste projecto, as ambições políticas devem assentar no respeito dos direitos humanos e em ideais democráticos. Uma sociedade em paz é uma sociedade que pode oferecer progresso aos seus cidadãos se parcerias estáveis aos seus vizinhos, próximos e distantes.

Hoje, neste Dia da Europa, convido-vos a celebrar, os valores da paz e da democracia .Convido-vos igualmente a festejar hoje, amanhã e domingo, neste Centro Cultural, a Europa, com o apoio de diferentes Centros Culturais Europeus (o Goethe Institut, o Instituto Cervantes, o Instituto Ibero-Americano da Finlândia, o Institut Franco-Português, o Instituto Italiano di Cultura, o centro Cultural de Bélem e o British Council),e com os conjuntos de artistas da Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Itália, Portugal e Reino Unido que irão transfigurar os espaços deste Centro Cultural e dos seus jardins em lugares e atmosferas mágicas!

“*Que União para uma Europa alargada*”, este seminário, constitui um ponto fixo da nossa agenda de trabalho comum, permitindo-nos reflectir sobre o caminho que percorremos no último ano e sobre o que temos de percorrer ainda. Este seminário ocorre num momento particularmente delicado, tanto para a política internacional como para a vida da União. A crise iraquiana, o alargamento e a Convenção estão de tal modo presentes no nosso espírito e nos nossos corações que nem sequer é necessário mencioná-los, a não ser para salientar que o debate de hoje impõe a todos nós o dever, por um lado, de medir as oportunidades e os desafios ligados à unificação do nosso continente e, por outro, de reflectir sobre as lições a tirar da crise iraquiana no momento em que escrevemos a nova carta constitucional da nossa União.

É pelo alargamento que gostaria de iniciar a minha intervenção.

No passado mês de Dezembro, concluímos as negociações de adesão com dez países. A 16 de Maio foram assinados em Atenas os novos Tratados, carecend o somente das necessárias ratificações. Juntam-se agora dez países aos quais já não devemos chamar «*candidatos*»,mas sim «*próximos membros da União*».

Entretanto prosseguem as negociações com a Bulgária e a Roménia na perspectiva de uma adesão ligeiramente posterior e, com as devidas diferenças, prossegue o trabalho em comum com a Turquia.

Porém, o empenhamento da União na questão do alargamento não se esgota com a decisão tomada em Copenhaga em Dezembro passado. O recente pedido de adesão apresentado pela Croácia indica com efeito que outra região europeia bate à nossa porta. Refiro-me aos Balcãs Ocidentais. A Comissão Europeia tem afirmado com toda a clareza que a unificação na Europa, iniciada com a actual fase de alargamento, não poderá considerar-se concluída enquanto os Países dos Balcãs não se tornarem também membros da União. Esta perspectiva deve ser claramente garantida, sublinhando que os critérios seguidos na primeira fase do alargamento serão aplicados com a mesma seriedade.

Após anos de incertezas, o debate democrático, tanto nos antigos como nos novos países membros da União pode agora ser realizado abandonando o frágil apoio das expectativas e das hipóteses, mas assentando em bases concretas. O resultado amplamente positivo dos referendos de Malta, da Eslovénia e Hungria constitui um augúrio e um estímulo para um empenhamento ainda mais forte. Aguardemos agora os resultados dos outros referendos na Lituânia, este fim de semana e na próxima semana na Eslováquia. Seguir-se-ão, em Junho, a Polónia e a República Checa, e em Setembro a Estónia e a Letónia.

O processo de adesão dos novos países membros, por muito importante que seja, constitui apenas uma etapa do nosso caminho, que não nos deve fazer esquecer o muito que nos falta percorrer.

O *primeiro* imperativo é completar a *integração económica*. No que se refere ao crescimento, ao emprego e à redução das desigualdades, os quinze membros actuais da União podem e devem fazer muito mais. Mas é aos futuros membros da União que deverá ser prestada a máxima atenção. A nossa ambição comum deve ser a de favorecer um crescimento sustentado, uma coesão mais forte, uma protecção mais eficaz do ambiente, uma redução das disparidades e, a prazo, a adopção do Euro por todos.

Estas são, em linhas gerais, as componentes essenciais do nosso projecto de integração económica.

O *segundo imperativo*, não menos importante, consiste em aprofundar o nosso *debate político*.

Chegou a altura de debater aprofundadamente, e com a máxima transparência e sinceridade, qual o tipo de Europa que juntos nos propomos construir.

O próprio sucesso da nossa integração já o tinha tornado obrigatório. Devido à crise iraquiana, a actualidade internacional tornou-o inadiável.

Por um lado, a guerra no Iraque sensibilizou os europeus, porque a reconciliação e a paz constituem a história e o próprio fundamento da Europa. Por outro lado, nesta altura quatro Estados Membros da União e um país candidato fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Assim sendo, enfrentemos abertamente as nossas potencialidades e as nossas fraquezas. Com efeito, a obrigação dos europeus de procurar uma posição comum não é apenas política. Depois de Maastricht, os europeus, por força dos Tratados, têm que dar provas de lealdade e de solidariedade recíproca. Sobretudo os Estados Membros que têm assento no Conselho de Segurança são obrigados a concertar entre si a sua acção e a manter os outros ao corrente da situação, devendo os membros permanentes defender as posições e os interesses da União.

É evidente que se trata de mecanismos que se revelaram insuficientes. Devemos por isso resignar-nos e concluir que o objectivo de uma acção comum está fora do nosso alcance? Não acreditamos nisso nem podemos acreditar.

Sem procedimentos e instrumentos eficazes, isto é, que proporcionem posições compartilhadas, a construção de uma política externa comum da União será improvável e, em todo o caso, adiada. Os nossos esforços de imaginação e as nossas vontades devem estar à altura do desafio. Resignarmo-nos é simplesmente impensável.

As questões que se nos colocam e às quais devemos dar resposta - e como poderia ser de outra forma após o que acabámos de dizer? - são ao mesmo tempo difíceis e essenciais. Que Europa queremos? Qual o projecto que nos guia? Não podemos contentar-me com um «supermercado» ou, se quiserem, com um grande mercado comum. Queremos construir um espaço autenticamente político que nos permita afirmar e defender os nossos princípios e os nossos valores à escala global. Não podemos continuar por muito tempo com aquela espécie de «esquizofrenia europeia» que consiste em pedir à União e à integração prosperidade e desenvolvimento e, por outro lado, esperar da América a garantia da segurança.

O debate sobre os fins da nossa acção comum deve preceder e guiar as discussões sobre os papéis das diferentes instituições e sobre as vantagens das diversas soluções institucionais.

Este facto leva-me a falar da Convenção. Uma Convenção que, a Comissão Europeia e nomeadamente o Presidente Prodi, promoveu e apoiou com paixão desde o primeiro momento.

Os membros da Convenção devem conseguir chegar a um acordo sobre um texto constitucional que mereça esse nome: único, claro e coerente. Temos esperança que o Conselho Europeu receba uma proposta completa, reformando as instituições, clarificando a repartição de competências, simplificando os procedimentos dos textos. Um texto contendo opções ou deixando questões abertas significaria um retorno às discussões que se têm realizado na Convenção. A Conferência Intergovernamental que se lhe seguirá, não conseguirá chegar a resultados e a consensos onde falhou a Convenção mais diversificada, mais transparente, menos prisioneira dos sistemas nacionais!

Não irei agora examinar a evolução dos trabalhos da Convenção nem reagir sobre os documentos produzidos nesta fase das discussões. O tempo que tenho não me o permite – outros hoje o farão. Mas faço questão de vos dizer que o amplo consenso sobre aspectos como a natureza constitucional do texto que deverá ser elaborado, a racionalização dos instrumentos e dos procedimentos, a inserção a pleno título na Carta dos Direitos Fundamentais, a personalidade jurídica da União, o número de Comissários (um por cada Estado Membro) e em relação ao “ministro de negócios estrangeiros” permitem-nos sermos optimistas. Falta saber quem presidirá ao Conselho Europeu e ao Conselho da União, mas mesmo neste tema não existe qualquer bloqueio, pois não faltam propostas.

Um mercado comum, um diálogo político renovado com base em princípios e valores partilhados, a plena utilização de todo o potencial externo das nossas políticas comuns: estes constituem os pilares do novo conceito estratégico para a União que a Comissão Europeia apresentará numa comunicação intitulada *Wider Europe*. Esta Comunicação cobrirá o círculo dos países que vão da Rússia e da Ucrânia até Marrocos. Trata-se de um círculo de países amigos com os quais a Comissão Europeia propõe intensificar a colaboração para dar início a um processo que nos possa levar, com o tempo, a partilhar "*tudo menos as instituições*".

Somente no quadro de uma mais vasta área de estabilidade e de bem-estar é que a Europa poderá enfrentar com total segurança a evolução, nem sempre tranquilizadora, da política internacional e poderá aproveitar plenamente as oportunidades proporcionadas pela globalização.

Esta estratégia a médio e longo prazo relativamente aos países vizinhos, tal como todas as outras políticas previstas para a Europa dos próximos anos, exige e impõe a elaboração de um projecto político da União e a definição das implicações do ponto de vista financeiro.

Este Colégio de Comissários presidido pelo Prof. Romano Prodi, (que terá 20 membros até Maio do ano que vem e até Outubro contará com 30 membros) considera dever deixar aos seus sucessores o projecto político e o plano financeiro coerente com a nova Europa alargada e o modelo institucional que esta Comissão deverá concluir. De facto, deixará aos seus sucessores o fruto das experiências que acumulou na execução do actual pacote financeiro e na realização do alargamento.

A União de hoje é uma União em movimento. É uma União que deve basear-se na experiência que estamos a viver para se reforçar, para afirmar de maneira mais determinada a sua identidade e o seu papel no mundo.

A crise actual deve servir-nos de estímulo para acelerar um processo de reforma em curso, necessário independentemente do alargamento, mas que o alargamento e o actual contexto internacional tornam ainda mais importante e urgente e que legaremos às novas gerações.